

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Fafich
Disciplina: Produção de Conhecimento Científico

Raimundo Nonato Soares Lima

TCC

**Análise do monitoramento das demandas sociais apresentadas pelos
movimentos sociais ao Governo Federal**

“Um governo tem que falar para o conjunto da sociedade. E falar para o conjunto da sociedade é necessariamente levar em conta toda a sua diferença, o que a sociedade tem de diferente, de específico, de instigante.”

Reunião de instalação do Fórum Direitos e Cidadania

15/03/2011

Belo Horizonte (MG), 2014

Sumário

1. Introdução.....	4
1.1 Revisão da literatura	4
1.2 Apresentação do problema de pesquisa.....	6
1.3. Indicação da metodologia a ser utilizada.....	7
2. Capítulo I - Participação social e democracia representativa	7
2. Capítulo II - entendendo os movimentos sociais.....	15
4. Capítulo III – Estado e Movimentos democráticos: o processo de monitoramento das demandas dos movimentos sociais apresentadas ao Governo Federal.....	20
4.1 Situação anterior à criação da mesa de monitoramento	20
4.2 Como as demandas sociais são tratadas no âmbito da Mesa de Monitoramento das Demandas dos Movimentos Sociais	22
4.3. Resultados alcançados com a criação da Mesa de Monitoramento das Demandas dos Movimentos Sociais.	24
4.4 Análise do resultado de questionário aplicado junto às entidades que apresentaram demandas sociais em solenidade com a Presidenta da Republica, no ano de 2013.	29
5. Conclusão	40
6. Referências bibliográficas	42
Portais e páginas via web – fontes de documentos, relatórios, dados, projetos e programas e demais informações	42
Anexo 1 – Questionário aplicado junto às entidades que apresentaram demandas sociais a Presidência da Republica no ano de 2013	44

Índice de figuras

Figura 1 - Sistema SGDoc	23
--------------------------------	----

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Órgão destinatário da demanda	25
---	----

Gráfico 2 - Identificação das entidades respondentes.....	30
Gráfico 3–Pergunta 1	31
Gráfico 4 - Pergunta 2.....	31
Gráfico 5 - Pergunta 3	33
Gráfico 6 - Pergunta 4.....	34
Gráfico 7 - Pergunta 5.....	34
Gráfico 8 - Pergunta 6.....	35
Gráfico 9 - Pergunta 7.....	35
Gráfico 10 - Pergunta 8.....	36
Gráfico 11 - Pergunta 9.....	37
Gráfico 12 - Pergunta 10.....	37
Gráfico 13 - Pergunta 11	37
Gráfico 14 - Pergunta 12.....	38
Gráfico 15 - Pergunta 13.....	38
Gráfico 16 - Pergunta 14.....	39

Índice de tabelas

Tabela 1 - Resumo das demandas apresentadas por movimento.....	25
--	----

1. Introdução

1.1 Revisão da literatura

O trabalho procura compreender o estado e suas concepções estruturais que levam a constranger a participação da sociedade civil como agente fundamental na burocracia institucional para a convivência democrática. Serão utilizados pensadores clássicos e autores contemporâneos como referenciais teóricos, com o objetivo de identificar as variedades de pensamentos sobre a concepção do estado na formulação e na aplicabilidade da democracia.

O referencial teórico utilizado no trabalho está baseado na discussão de democracia representativa, participativa e suas nuances. O debate se dá em torno dos conceitos de Weber que define um modelo de estrutura burocrática do estado. Outros teóricos utilizados são Schumpeter que traz o conceito de democracia como método eleitoral baseado na competição entre elites, Dahl, diferentemente dos dois anteriores, diz que a democracia está baseada na teoria pluralista e considera que a democracia pressupõe igualdade política, preservação da liberdade, limitação do estado e soberania popular, Joshua Cohen que propõe a institucionalização estatal de práticas participativas e Raymundo Faoro, diz que o poder sempre esteve concentrado nas mãos de poucos desde a formação social e política do Brasil. Em seu livro “Os donos do Poder – formação do patronato político brasileiro” explica que o poder sempre foi exercido por meio do que é chamado de “estamento burocrático”, revelando a contradição entre o processo de modernização do país, cujas bases são instituições “anacrônicas” e comandadas por um “estamento burocrático”.

Leonardo Avritzer e Boaventura dos Santos, que se expressam sobre a conceituação de cada modelo democrático depende dos indicadores selecionados para promover a sua medição e da constituição cultural e normativa que o sustenta e, por fim Luis Felipe Miguel que destaca a insuficiência da representação política, apontando-a como responsável em parte pelo desencanto popular com os mecanismos representativos e sugerindo as linhas de uma interpretação mais abrangente da representação.

É neste contexto que a Mesa de Monitoramento das Demandas dos Movimentos Sociais criada, em 2012, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República, contribui para o aperfeiçoamento da participação social nos processos de tomada de decisão e de formação de agendas. Seu objetivo é organizar as pautas e demandas apresentadas ao Poder Executivo e acompanhar o tratamento destas demandas

pelos diversos órgãos federais (SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2013) e aperfeiçoar processos de trabalho, troca de informações e articulação intragovernamental.

Essas demandas, até então, eram apresentadas diretamente a todos os órgãos do governo Federal a que as demandas estavam vinculadas. O processo de acompanhamento de recepção e respostas das demandas era frágil e praticamente não existia o monitoramento das respostas apresentadas pelo Governo Federal. Isso mostra que não existiam agrupamentos das demandas por ações ou tema, levando a fragilidade na discussão sobre o processo com os movimentos sociais que apresentavam as demandas.

Com a mesa de monitoramento das demandas sociais, ganham todos os órgãos que formam o Governo Federal. A mesa não substitui os mecanismos e processos de trabalho já existentes, nem as instâncias de recepção e negociação de demandas sociais em andamento. A instituição do monitoramento permanente permite ganhos efetivos na resolução, no atendimento e na melhoria dos fluxos de gestão e informação das demandas dos movimentos sociais.

As demandas encaminhadas formalmente aos órgãos do Governo Federal, por meio da Secretaria Geral da Presidência da República, estão sistematizadas em eixos e ações que se referem às prioridades da Presidenta, compromissos dos Ministérios com os movimentos sociais, dos movimentos sociais pactuadas com o Governo Federal e questões conjunturais críticas.

A Mesa tem como premissas:

- Procedimentos simplificados para aplicabilidade e funcionamento;
- Monitoramento com periodicidade definida;
- Delimitação do objeto de monitoramento;
- Pactuação de fluxos de tramitação;
- Compromisso com o resultado.

Assim, o problema a ser investigado faz referência à classificação da Mesa de Monitoramento das Demandas dos Movimentos Sociais como mecanismo de participação social e à sua diferenciação dos demais mecanismos no que se refere à sua composição, metodologia de trabalho e resultados esperados.

A mesa reforça o processo de democracia participativa e amplia espaços capazes de incorporar as pautas e os interesses da sociedade na elaboração e execução de políticas

públicas, além de se fortalecer com a co-responsabilidade de diálogo e interlocução entre governos e movimentos sociais pós Constituição de 1988.

A Mesa de Monitoramento das Demandas Sociais faz parte do decreto que criou a Política Nacional de Participação Social – PNPS como uma instância colegiada interministerial responsável pela coordenação e encaminhamento de pautas de reivindicações dos coletivos, movimentos sociais e redes da sociedade civil, bem como pelo monitoramento das respostas de governo.

1.2 Apresentação do problema de pesquisa

O tema escolhido se refere **análise do monitoramento das demandas sociais apresentadas pelos movimentos sociais ao Governo Federal**, que amplia os mecanismos de participação social. A pesquisa se insere no aprimoramento da postura do Governo Federal frente aos movimentos sociais, estabelecendo novos canais de participação, considerando as demandas apresentadas para promover o atendimento de forma integrada. Assim, o ato de monitoramento das demandas sociais se coloca como evidência da participação social como método de governo.

A participação da sociedade civil e, em especial, dos movimentos populares na construção das políticas públicas e, sem dúvida, uma nova forma de governar, baseada no diálogo permanente e qualificado com os diversos segmentos sociais, gerando co-responsabilidade entre o Estado e a população.

Esse novo método de gestão com participação social, além de justo e respeitoso, confere maior legitimidade as decisões do executivo federal, que pode incorporar inúmeras proposições da sociedade na elaboração e implementação de políticas públicas.

O monitoramento das demandas apresentadas pelos movimentos sociais ao Governo Federal fortalece o processo de participação social pela dinâmica de apresentação e resposta às demandas apresentadas, na potencialização e articulação interna no governo, trazendo respostas integradas entre os órgãos envolvidos.

Essa articulação interna no governo nas respostas integradas às demandas apresentadas requer analisar como essas demandas sociais são apresentadas ao Governo Federal, como se dava anteriormente essas respostas do Governo Federal aos movimentos sociais antes da instituição da mesa de monitoramento das demandas dos movimentos sociais e como hoje são analisadas as entregas feitas pelo Governo Federal aos movimentos Sociais.

Desta forma, o objetivo geral do trabalho é analisar como o Governo Federal monitora as demandas dos movimentos sociais, e os objetivos específicos são:

- Situação anterior à criação da mesa de monitoramento
- Como as demandas sociais são tratadas no âmbito da Mesa de Monitoramento.
- Resultados alcançados com a criação da Mesa de Monitoramento das Demandas dos Movimentos Sociais.
- Análise do resultado de questionário aplicado junto às entidades que apresentaram demandas sociais a Presidência da República no ano de 2013.

1.3. Indicação da metodologia a ser utilizada

Pesquisa documental e com dados consultados em bases de dados. A pesquisa foi realizada com base nos registros que documentam as demandas apresentadas pelos movimentos sociais, a constituição da mesa de monitoramento e as respostas encaminhadas aos movimentos sociais.

A base de dados utilizada foi *SGDOCe*, sistema interno do Governo Federal de monitoramento das demandas encaminhadas aos órgãos do governo, e relatórios disponíveis sobre as devolutivas feitas pelo Governo Federal aos movimentos sociais do campo e da cidade.

Para aprimorar a pesquisa foi realizada entrevista estruturada por meio de questionário de percepção dos movimentos sociais sobre a resposta do Governo Federal às demandas apresentadas. O público alvo da entrevista é composto por movimentos sociais que foram recepcionados pela Presidenta da República, no ano de 2013 e têm demandas sociais cadastradas atualmente na Mesa de Monitoramento: movimento de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, movimento dos atingidos por barragens, trabalhadores rurais empregados, trabalhadores assalariados urbanos, quilombolas, movimento negro, movimento de mulheres, de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros, da agricultura familiar, da reforma agrária e de moradia.

2. Capítulo I - Participação social e democracia representativa

Escrevendo sobre a formação do estado Nação alemão no final do século XIX, Max Weber trabalhou as condições que direcionavam a Alemanha pós-bismarckiana para o

capitalismo industrial. A análise contrapunha a elite agrária tradicional do leste alemão – os *Junker* – e o surgimento da consciência política burguesa para liderar o desenvolvimento do capitalismo industrial e a consolidação do Estado Alemão. Também se referindo ao período do final do século XIX, Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels falam sobre a teoria elitista do funcionamento dos sistemas políticos. Para eles, a soberania popular seria uma idéia que nunca poderia ser realizada, e todas as formas de governo seriam sempre oligarquias (GAMA NETO, 2011, p. 28).

De acordo com Giddens (1998), a análise de Weber sobre a estrutura política da Alemanha se baseava na relação de três elementos: (i) a posição tradicional da elite agrária *junker*; (ii) a tendência à dominação burocrática incontrolada pelo funcionalismo de estado; (iii) a carência de lideranças políticas vinculada aos demais fatores. A partir destes elementos, Weber desenvolveu uma tipologia de dominação: a dominação tradicional, a legal e a carismática.

O Estado Moderno ocidental não seria baseado na concepção clássica de participação direta, que Weber só considerava possível em pequenas comunidades, na qual a sociedade participasse da tomada de decisões (GIDDENS, 1998), mas a partir da liderança de uma minoria. O desenvolvimento de um governo democrático dependia dos avanços de uma organização burocrática e da existência de partidos de massa burocratizados, e a própria democracia representativa era a forma de se evitar uma dominação incontrolada da burocracia.

Na obra *Economia e Sociedade* (1991), Weber aludiu para uma concepção restrita de democracia: “A participação das elites só entra em consideração na medida em que eles são adaptados e escolhidos segundo as possibilidades de atrair votos (...). Eliminar a luta entre os partidos é impossível, entretanto, a não ser que se queira eliminar qualquer representação ativa do povo”. Estas concepções vão ao encontro do conceito formulado por Schumpeter de democracia como método eleitoral baseado na competição entre elites.

Weber (2003) diz que desde as mais antigas formações políticas, há a figura do “Senhor” que toma a administração. O Estado Moderno, por exemplo, iniciou-se pela ação de um soberano, que criou as condições para a expropriação dos poderes autônomos privados, que possuíam o poder de administrar os insumos financeiros, o exército ou outros bens politicamente úteis. O poder foi concentração nos administradores, com a finalidade de organizar a dominação. No Estado Contemporâneo, foi realizada a separação completa entre os recursos materiais e os funcionários e trabalhadores na organização administrativa.

Weber também diz que “*A necessidade de uma direção unificada da política, inclusive da política interna, sob a égide de um só homem de Estado, apareceu com clareza nos Estados Constitucionais.*” (WEBER, 2003, p. 31).

Para Schumpeter (apud Kinzo 2004, p. 36) o método democrático é o arranjo institucional para se chegar a decisões políticas, no qual os indivíduos adquirem poder de decidir por meio de uma luta competitiva pelo voto da população. Sua definição enfatiza regras e procedimentos de organização do sistema político e o papel das lideranças políticas.

Schumpeter, em uma leitura seletiva de Weber, absorve o conceito de diferentes racionalidades introduzindo tal concepção no interior da própria sociedade. Schumpeter desenvolve essa idéia de pluralidade de interesses e da conseqüente não existência da vontade geral, argumento fundamental no modelo de democracia como método. Schumpeter desvincula, pela primeira vez, a legitimação da representação da soberania popular e a vincula à noção de racionalidade.

Partindo do pressuposto dos diferentes níveis de racionalidade entre os indivíduos no campo político, consegue legitimar a divisão do trabalho político entre os racionalmente capazes, as elites e a irracionalidade das massas, que não estariam aptas a participar das decisões. O sufrágio universal, neste contexto, adquire importância na medida em que se torna o elemento que assinala a participação das massas.

Por um lado, a complexidade do Estado Moderno, juntamente com o argumento da escala, torna inexorável a representatividade por impossibilitar a participação ampliada, e o sufrágio universal viabiliza a soberania do cidadão ao ampliar a participação. Por outro lado, a soberania torna-se decrescente devido ao domínio da burocracia sobre o cidadão, porque a forma administrativa é de difícil acesso aos não técnicos.

Para Gama Neto (2011, pp. 29-30), a teoria de Weber critica a idéia de democracia como forma de deliberação da vontade popular. O desenvolvimento da economia de mercado capitalista e o aumento da complexidade das relações sociais teriam aumentado a necessidade de uma administração racional, o que traz a necessidade da burocracia. No Estado Moderno, a organização do poder fica sob controle da burocracia. As eleições teriam a função de legitimar o processo político, baseado em escolhas racionais do povo.

Já Schumpeter tem uma concepção minimalista de democracia, que pode ser resumida como um “compromisso mútuo entre elites políticas sobre as regras e procedimentos que produzem escolhas pacíficas, por meio do voto e eleições competitivas”

(GAMA NETO, 2011, pp. 27-30). Schumpeter critica a concepção clássica de escolha racional, destacando que não há um ideal coletivo ou interesse coletivo definido em uma sociedade, assim como não se poderia falar em uma “vontade do povo” definida. Ainda assim, os cidadãos se interessariam pela política somente nos momentos em que a decisão política os afetasse diretamente, além da possibilidade de manipulação dos indivíduos pela propaganda política.

Dessa forma, para Schumpeter, o papel da participação popular seria produzir um governo, a partir de um “arranjo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decidir por meio de uma luta concorrencial para o voto do povo”. Assim, a definição de democracia é procedimento – um método para escolha de governantes. A política democrática seria um sistema que institucionaliza a competição entre partidos ou coalizões partidárias, que disputam os votos (GAMA NETO, 2011, p. 31).

Diferentemente de Weber e Schumpeter, o conceito de democracia para Dahl é baseado na teoria pluralista e considera que a democracia pressupõe igualdade política, preservação da liberdade, limitação do estado e soberania popular (liberdade e participação). Ela consiste em um ideal e se caracteriza pela responsividade do governo às preferências dos cidadãos. A aproximação com esse ideal é a poliarquia, um regime inclusivo, mas não perfeitamente democratizado, com vários polos de poder, sem que nenhum consiga se impor à sociedade, e com grande parte da população apta a participar (Miguel, 2003, p. 127). A poliarquia possui duas dimensões: a participação (ou democratização) e a contestação (ou oposição) pública (Kinzo, 2004, p. 36).

Para Joshua Cohen, o “pluralismo” de Dahl, não reforça a idéia que a participação deve ser institucionalizada. Em torno dessa lacuna Cohen radicaliza a idéia de participação de Dahl ao propor a criação das instituições participativas. Para Cohen a legitimidade do processo democrático deriva principalmente da participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão. Essa participação, que é inspirada em Habermas, vai além do ato de votar e é caracterizada por uma ou outra racionalidade que não só a instrumental e a estratégica. Para o autor, se tomarmos como pressuposto que as principais instituições políticas solucionadoras de problemas (parlamento, administração e partidos) permanecem fixas no desenho e na concepção e que os cidadãos discutem direções políticas e não resolvem problemas, inevitavelmente, então, a capacidade da contribuição pública para dirigir o Estado permanece uma questão aberta. Obviamente que quanto mais livre a

comunicação dentro do público – maior imunidade frente a interferência do Estado na formação da opinião, acesso maior aos jornais, vida associativa mais rica – maior clareza ela pode obter. Mas, mesmo a esfera pública mais radicalmente extensa e profunda terá consequências limitadas precisamente porque as demandas técnicas que o parlamento, o partido e a administração têm de responder limitam a direção que pode resultar de uma discussão mais envolvente e irrestrita entre os cidadãos.

Os críticos dessa versão deliberativa da democracia afirmam que a complexidade social bem como o pluralismo característico das sociedades contemporâneas colocam dificuldades para os indivíduos, até mesmo os mais bem informados, tomarem parte da deliberação. Assim sendo, o ideal da soberania popular que Cohen busca resgatar através do conceito de democracia deliberativa acaba se constituindo na primeira vítima desses inevitáveis fatos sociais. Diante deles, pouca coisa restaria à ser submetida ao controle público (accountability) e, mais, não existiriam espaços nas sociedades modernas para a escolha deliberativa (fóruns). Nesse sentido, o debate aberto e livre entre os participantes iguais parecem possíveis apenas em pequenas organizações. Além do constrangimento espacial, tem-se também o constrangimento temporal, que contribui para a diminuição do número de pessoas capazes de tomar parte no processo de decisão política.

Em que pese a veracidade do diagnóstico elaborado pelos críticos da democracia deliberativa, Cohen discorda das alternativas apresentadas para lidar com tais fatos sociais.

Para Cohen, tal estratégia não assegura um diálogo permanente com o poder público e, com isso, não se sabe ao certo qual a capacidade de influência real das opiniões coletivamente formadas na esfera pública informal (ou público fraco, para usar a terminologia de Fraser) no "circuito oficial de poder". Teme-se que os sujeitos dessa esfera pública consiga, até vocalizar suas opiniões em momentos de crise, mas não implementá-las no subsistema administrativo. Como alternativa Cohen propõe uma Poliarquia Diretamente Deliberativa – PDD, que busca oferecer ocasiões mais institucionalizadas para a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão coletiva. Aqui os atores da esfera pública solucionarão seus problemas coletivamente através de mecanismos diretos. Dessa forma, a esfera pública na PDD também assume uma outra função, qual seja, buscar formas de resolver problemas diretamente com as agências públicas e não só promover o debate público que pode vir ou não a influenciar a arena política formal.

É através de tais esferas públicas políticas que monitoram as instituições, bem como dos fóruns de participação direta que promovem uma postura mais ofensiva dos

atores públicos junto às instituições das sociedades contemporâneas que Cohen espera reconciliar a execução das decisões legítimas com o processo de deliberação pública.

Esse ambiente institucional legal de representação não é necessariamente oposto à participação social e pode ser considerado como de alta intensidade democrática, desde que haja canais para a participação social, como mecanismo de entrada para demandas sociais, de controle social e de prestação de contas dessas instituições, na linha do conceito de *accountability*. A intensidade é medida pelo compartilhamento do poder entre os mecanismos de representação, o próprio Estado e a entrada do povo por meios de participação que extrapolam a institucionalidade estatal. Quanto melhor essa relação com os mecanismos de participação efetivos, de maior intensidade será a democracia.

No debate sobre a intensidade da democracia, a medição é realizada a partir do compartilhamento do poder entre os mecanismos de representação, o próprio Estado e a entrada do povo por meios de participação que extrapolam a institucionalidade estatal. Quanto melhor essa relação, com mecanismos de participação efetivos de maior intensidade será a democracia.

A leitura sobre o conceito de democracia a partir dos autores trabalhados pode nos remeter ao entendimento de que a democracia representativa seria de baixa intensidade, enquanto a democracia participativa seria de alta intensidade. Cabe salientar que a ordem, necessariamente, pode não ser essa.

A conceituação de cada modelo democrático depende dos indicadores selecionados para promover a sua medição e da constituição cultural e normativa que o sustenta Avritzer e Santos: A democracia tem relação direta com a cultura e a dinâmica locais, a construção cultural e normativa que sustenta, e há que se pensar que o modelo e a consequente definição de critérios para medir a intensidade numa sociedade no continente americano, por exemplo, pode ser diferente dos critérios para o continente africano, onde as relações e os laços tribais devem ainda ser levados em consideração, com noções de participação e representação conseqüentemente distintas.

As várias teorias e os acontecimentos políticos mais recentes em torno do tema, participação social, modificaram os modelos de atuação e de representação política contemporânea. Diante disso, podemos dizer que tais conceitos demonstram a perspectiva de que a sociedade civil que aumentou a intercessão existente entre a democracia representativa e a democracia participativa.

Conforme de Sousa Santos e Avritzer (2003), de na primeira metade do século XX a democracia foi predominantemente vista como forma de governo desejável, na segunda metade, marcada pelo fim da segunda guerra mundial, a forma hegemônica de democracia focou nos procedimentos - o processo eleitoral para formação de governos.

Miguel (2003) destaca a "a insuficiência da representação política, apontando-a como responsável em parte pelo desencanto popular com os mecanismos representativos e sugerindo as linhas de uma interpretação mais abrangente da representação". Essa interpretação mais abrangente de representação inclui acesso ao debate político, auto-organização na sociedade civil e controle sobre as preferências, envolvendo não só a participação nos processos de tomada de decisão, mas também no processo de formação de agenda.

O desencanto que Miguel (2003) faz referência acima tem relação com o formato federativo do estado brasileiro que trata os Donos do Poder, de Raymundo Faoro que faz mapeamento da evolução política do Brasil, desde a herança absolutista portuguesa - onde o Estado é analisado segundo a esfera de atuação dos ensejos pessoais do rei – até a República Velha e o Estado Autoritário Vargas – pelo qual permaneceram estreitos os laços entre a esfera pública (a burocracia) e a privada (o estamento que controla a primeira).

Assim sendo, Raymundo Faoro confirma suas escolhas dando um tom de originalidade ao entendimento das instituições públicas brasileiras. Ao começar pela tríade proposta – feudalismo, estamento burocrático e patrimonialismo – cada um desses conceitos, seqüencialmente, conjuga o seguinte. Resumidamente (correndo o risco de ser simplista), o feudalismo constituiria a divisão social predominante da Idade Média que daria origem às conquistas políticas de um dos estamentos – considerados as divisões da sociedade segundo a posição não somente econômica, mas, sobretudo, cultural (o status, prestígio) – sob a forma corporativa (burocrática) e, conseqüentemente, o usufruto deste estamento da esfera de atuação política (gerando os laços patrimonialistas nas instâncias do Estado).

Em traços gerais da organização administrativa, social e econômico-financeira da colônia, a reação centralizadora e monárquica e o sistema político do segundo reinado, Faoro trata de abordar as instâncias políticas pelas quais houve uma tendência à manutenção do centralismo; os primeiros conflitos entre as classes sociais; a luta entre o

poder moderador e o poder parlamentar; a constituição da autoridade monárquica do Brasil Independente ainda baseado no estamento burocrático.

Com base na manutenção do sistema burocrático de privilégios, as tendências internas da república velha, mudança e revolução e os fundamentos políticos, demonstram que o sistema político alimentado pela nova burguesia cafeeira continuou sob bases frágeis, na medida em que estendia os interesses do estamento burocrático para as políticas públicas a favor da manutenção da distância entre o povo e o Estado. O federalismo, que trouxe consigo a ideologia liberal, acabou por, paradoxalmente, consolidar o regionalismo coronelista e a política protecionista. O liberalismo, se executado em nome de interesses macroeconômicos não limitados pela burocracia estamental, teria tido a chance de fazer a Pátria prosperar.

É nesse estado de cultura patrimonialista que se pretende ampliar a participação da sociedade nos espaços institucionais com legitimidade e garantias na busca do exercício compartilhado do poder para transformar relações sociais e práticas culturais que se assentam na desigualdade em suas múltiplas dimensões. Pode-se considerar que é no âmbito local onde se materializam as demandas sociais com a participação da sociedade civil. No entanto, as respostas às demandas locais podem ocorrer em nível nacional como consequência do formato federativo do Estado brasileiro. Por conta desse formato o Estado brasileiro requer a construção da participação social como método de governo – importância política do diálogo com os movimentos e organizações da sociedade civil e o papel do Governo no atendimento das demandas e na ampliação dos direitos.

Nesse ambiente de construção para intensificar a participação social como método de governo que em maio de 2014 a Presidenta da República instituiu a Política Nacional de Participação Social – PNPS que tem por objetivo fortalecer e aperfeiçoar a participação social como método de governo e política de Estado, articulando mecanismos e instâncias democráticas de diálogos e atuação conjunta entre o Governo Federal e sociedade civil na definição da agenda governamental, na formulação, na execução, no monitoramento, na avaliação de programas e políticas públicas e no aprimoramento da gestão pública.

A implementação da PNPS prevê a consolidação de um sistema Nacional de Participação Social – SNPS que articule e integre instâncias e organizações da sociedade civil – de forma a garantir a democratização crescente dos poderes públicos e o fortalecimento da participação popular.

A Política Nacional de Participação Social formaliza a Mesa de Monitoramento das Demandas Sociais, instância colegiada interministerial responsável pela coordenação e encaminhamento de pautas dos movimentos sociais e pelo monitoramento de suas respostas.

2. Capítulo II - entendendo os movimentos sociais

Conforme Leonardo Avritzer, Ana Maria Doimo define as formas de ação coletivas surgidas no Brasil após a década de 1970 não como um conjunto diverso e fragmentação de ações diretas, mas como movimento popular, que atua no interior de um campo ético-político, que supõe a existência de uma sociabilidade comum, originada no sentimento de pertencimento em um mesmo espaço compartilhado de relações interpessoais e atributos culturais, como signos de linguagem, códigos de identificação e crenças religiosas (DOIMO, *apud* AVRITZER, 1997).

É amplo o entendimento conceitual de ações coletivas e movimentos sociais pela sua variada mobilidade e dinamismo. Para Ilse Scherer-Warren, em seu trabalho *Das ações coletivas às redes de Movimentos Sociais* (2009), “com a globalização e a informatização da sociedade, os movimentos sociais, em muitos países, inclusive no Brasil e em outros países da América Latina, tenderam a se diversificar e se complexificar”.

Por isso e ainda segundo Ilse Shere-Warren “muitas das explicações paradigmáticas ou hegemônicas nos estudos da segunda metade do século XX necessitam revisões ou atualizações face à emergência de novos sujeitos sociais, novas formas de organização e articulação e cenários políticos mais dinâmicos, especialmente em sociedades em processo de democratização”.

Ações coletivas – É do domínio geral e da academia que esse tema pode ser conceituado como qualquer forma de ação reivindicativa ou de protesto realizada através de grupos sociais. Dessa forma, a noção de ação coletiva é genérica e abrangente, referindo-se a diferentes níveis de atuação, dos mais localizados e restritos, como uma ONG, aos de um alcance mais universal na esfera pública o movimento social a exemplo do Movimento dos Sem Terra - MST. Na teoria social, o conceito de ação coletiva é também diversificado, variando da abordagem teórica que cada autor utiliza.

Redes sociais – Pode ser uma comunidade de sentido, na qual os atores ou agentes sociais são considerados como os entrelaçamentos da rede, que se referem a tipos de

interação com certa continuidade, com relações que se edificam com afinidades, em torno de uma causa comum. Exemplos desses agrupamentos ou comunidades são as redes de amizades, de parentesco, comunitárias variadas como religiosas, recreativas, associativismo civil, etc. Esses agrupamentos podem conter ou não uma organização formal.

Coletivos em rede - São conexões entre organizações empiricamente localizáveis. Como exemplo, temos as articulações entre ONGs de um mesmo eixo temático, como educação popular, direitos humanos, questões de gênero, e outras, compondo os fóruns setoriais ou intersetoriais da sociedade civil e outras articulações em defesa da cidadania. Esses coletivos podem vir a serem segmentos (nós) de uma rede mais ampla de movimentos sociais, que se caracteriza por ser uma rede de redes. Podemos citar como campos políticos ou sub-redes dos vários movimentos ambientalistas brasileiros, como o Fórum Brasileiro das ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, entre outros. (SCHERER-WARREN, 2009).

Movimentos sociais - São explicados quando os atores sociais ou formas de coletividade que os compõem são tratados a partir de uma perspectiva de análise de redes sociais e organizacionais. Portanto, um movimento social existe quando há:

- Um princípio de identidade construído coletivamente ou de identificação em torno de interesses e valores comuns no campo da cidadania;
- A definição coletiva de um campo de conflitos e dos adversários centrais nesse campo;
- A construção de projeto de transformação ou de utopias comuns de mudança social nos campos societário, cultural ou sistêmico.

Sociedade civil - Embora configure um campo composto por forças sociais heterogêneas, representando a multiplicidade e a diversidade de segmentos sociais que compõem a sociedade, está preferencialmente relacionada à esfera da defesa da cidadania e suas respectivas formas de organizações em torno de interesses públicos e valores. Distinguindo-se assim dos dois primeiros setores o estado e o mercado, que estão orientados, preferencialmente, pelas racionalidades do poder, da regulação e da economia (SCHERER-WARREN, 2009).

É importante enfatizar, entretanto, que a sociedade civil nunca será isenta de relações e conflitos de poder, de disputas por hegemonia e de representações sociais e políticas diversificadas e antagônicas. Pode-se, portanto, concluir que a sociedade civil é a

representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade, para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas (SCHERER-WARREN, 2009).

Para contribuir com o debate em torno dos movimentos sociais, abrimos uma lacuna nesse capítulo trazendo trechos do artigo “A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento – uma análise do movimento Sul de Economia Solidária no Rio Grande do Sul, de Silva e Oliveira (2011), como peça adicional na problematização do tema. O objetivo não é criar juízo de valor sobre o artigo, mas proporcionar o entendimento sobre a complexidade da atuação dos movimentos sociais, seja por meio da luta direta ou do diálogo com o poder institucionalizado

O artigo busca ir além da defesa de uma abordagem investigativa no estudo dos movimentos sociais, onde propõe uma perspectiva de análise que possibilita apreender diferentes padrões de relações entre política institucionalizada e política não institucionalizada e, particularmente, como tais padrões oportunizam processos distintos de organização e atuação dos movimentos sociais.

Na literatura brasileira, por sua vez, essa relação tende a aparecer de forma ambígua. Por um lado, os partidos políticos são analisados de modo crítico, enquanto “incômodos hóspedes” (BARREIRA, 1986, *apud* LIMA e OLIVEIRA, 2011) que tenderiam a instrumentalizar as organizações de movimentos sociais, desvirtuando a autonomia e combatividade das mesmas. Por outro lado, os partidos são vistos como o elemento necessário para que as reivindicações e propostas daquelas organizações tenham efetividade política (BOSCHI, 1987, *apud* LIMA e OLIVEIRA, 2011). Nos dois casos, porém, prevalece a abordagem dos partidos políticos como atores claramente distintos das organizações de movimentos sociais e vice-versa.

Assim como as relações entre Movimentos Sociais e o Estado apresentam uma grande variação em termos de graus e mecanismos de inclusão e exclusão político-institucional dos primeiros, segundo os autores do artigo, as relações entre movimentos sociais e partidos também devem ser pensadas não através de um padrão único de relações, mas sim como um continuum de possibilidades. Adaptando a tipologia desenvolvida por Hanagan (1998 *apud* LIMA e OLIVEIRA, 2011), que podem ser definida em três padrões principais de relação:

Independência – ocorre quando há uma separação significativa entre política institucional e política não institucional, causada, em geral, pela exclusão política característica de contextos autoritários, fazendo com que grupos contestadores tenham que desenvolver mecanismos extra-institucionais de expressão política e, no limite, estabelecer uma relação de competição com os partidos instituídos através da criação de novas organizações políticas (e, mesmo, partidárias).

Cooperação – ocorre quando partido e movimento, mantendo suas fronteiras, estabelecem formas cooperativas de relação, seja em termos de apoio de organizações do movimento a certo partido em momentos de disputa eleitoral, seja em termos da defesa pelo partido de reivindicações e propostas de determinadas organizações de movimento.

Interpenetração – ocorre quando as fronteiras entre partido e movimento apresentam uma relativa diluição (cujo grau pode ser bastante variável), com o compartilhamento de militantes, marcos interpretativos, orientações ideológicas e estruturas organizativas.

Na análise de Hanagan (1998 *apud* LIMA e OLIVEIRA, 2011), sobre as categorias acima apresentadas diz “enquanto a primeira situação tende a ser abordada pela literatura que enfatiza (e, em muitos casos, defende) a externalidade dos movimentos em relação à política institucional e a segunda situação tem recebido crescente atenção dos pesquisadores, observa-se uma significativa lacuna no tratamento das relações de interpenetração nas pesquisas sobre movimentos sociais. Tal lacuna é particularmente grave no caso brasileiro, na medida em que, segundo argumento proposto neste artigo, as relações de interpenetração tendem a apresentar grande centralidade na conformação do tecido associativo brasileiro e, particularmente, dos movimentos sociais”.

Para Mische (1997; 2008) a interpenetração é uma “militância múltipla”, que caracterizaria a atuação de parcela significativa dos ativistas políticos no Brasil (especialmente, mas não exclusivamente, aqueles situados à esquerda do espectro político). Segundo a autora, na medida em que se insere e desenvolve seu ativismo em diversas organizações sociais e também partidos políticos, esses militantes criam conexões e sobreposições entre essas esferas de ação, levando, em certos casos, a uma relativa diluição de suas fronteiras.

Já Coradini (2001,2007) enfatiza a importância da interpenetração identificada em suas análises sobre a conformação do capital político de candidatos às eleições no estado do Rio Grande do Sul. A partir dessas análises, observa-se que, para alguns partidos

políticos (com destaque para o PT), a trajetória de engajamento em organizações e movimentos sociais (conformando um “capital associativo”) constitui um recurso importante do ponto de vista da legitimação e, em vários casos, da viabilização eleitoral das candidaturas.

O trânsito institucional se caracteriza pelo deslocamento contínuo de militantes sociais-partidários por diferentes espaços de atuação (organizações sociais, partidos, fóruns institucionais e posições governamentais), o qual é, em grande medida, possibilitado pela interpenetração partido-movimento. Assim, vitórias e derrotas eleitorais tendem a produzir um trânsito significativo de militantes da sociedade civil para o governo e vice-versa, gerando mudanças rápidas e intensas nas oportunidades de acesso institucional (tanto em termos de grau quanto em termos de forma). Especificamente no caso das relações entre organizações sociais e o governo lula, Hochstetler (2008, p.44).

De outro lado, devido à interpenetração partido-movimento essa incorporação institucional tende a se caracterizar não apenas pela abertura ou pela maior permeabilidade das instituições às demandas e propostas de organizações de movimentos sociais, mas também pela recorrência de um mecanismo central na conformação daquela permeabilidade no Brasil: o trânsito institucional.

Percebe-se que o debate sobre as opções e os modelos seguidos pelos movimentos sociais é feito de forma mais incisiva por alguns teóricos e menos incisiva por outros. No entanto, em nenhum momento os teóricos defendem como as lideranças conduzem os seus liderados. Eles não levam em consideração o projeto político que os movimentos sociais estão inseridos, dando ênfase a vinculação ou não dos movimentos sociais, ao institucional.

Vale ressaltar que não há linearidade na forma de atuar entre os Movimentos Sociais. No entanto, é importante dizer que as organizações sociais são constituídas em torno de projetos políticos que de certa forma buscam influenciar nas formas e sistema de governo com objetivo de emplacar suas bandeiras de lutas específica e gerais.

As tipologias desenvolvidas por Hanagan (1998 apud LIMA e OLIVEIRA, 2011), onde ele define que as relações entre movimentos sociais e partidos políticos acontecem por independência, cooperação e interpenetração, podem ser aprimoradas para independentes, não vinculantes e relacionais, considerando que as bases de sustentação desses movimentos sociais se dão em torno do projeto político e não da dependência institucional.

Dessa forma é razoável dizer que as ações dos movimentos sociais podem ter ou não alinhamentos com política institucionais. Essa atuação não reduz a importância quanto a participação de lideranças na condução de um partido político ou na gestão pública institucional.

Portanto, e de acordo com o filósofo e político italiano Antonio Gramsci a sociedade civil é como um organismo não estatal ou privado, que pode estar incluído na economia, por exemplo. A sociedade civil, diferente da sociedade política, não é conotada com a força, mas com o consentimento.

4. Capítulo III – Estado e Movimentos democráticos: o processo de monitoramento das demandas dos movimentos sociais apresentadas ao Governo Federal.

4.1 Situação anterior à criação da mesa de monitoramento

Os avanços sociais, econômicos e políticos são processos intensos e dinâmicos que comprometem a sociedade e suas demandas, sempre apontando para uma permanente necessidade de melhorado ponto de vista legal, de instrumentos de gestão pública para adequar as suas necessidades ao processo de socialização de novos elementos metodológicos e de aperfeiçoamento do Estado, considerando os princípios constitucionais e a especificidade do arranjo federativo nacional.

Nesse ambiente complexo se amplia a multidiversidade regional, cultural, territorial e histórica do país, alinhado à diversidade dos vários níveis de estagnação, retrocesso ou avanços em relação aos parâmetros de uma sociedade movida por valores de justiça, igualdade, solidariedade, sustentabilidade e direitos. Outros elementos ainda contribuem para esta complexidade, tais como:

- * As demandas da sociedade sobre a qualidade e a abrangência do serviço público;
- * A qualificação dos métodos e técnicas de gestão pública que avançam e são premidos pela exigência e rapidez das mudanças sociais e tecnológicas;
- * As prioridades, oportunidades, riscos e ameaças nacionais, modificam-se com o tempo e com a conjuntura; e
- * Os modelos de controle social e de participação social e de grupos representativos nos processos de governo ampliam-se e são crescentemente estabelecidos do ponto de vista institucional.

Todos esses desafios vão se multiplicando pelo aumento da rapidez de comunicação e multiplicidade de necessidades e demandas de mudanças sociais visando maior equidade e justiça no país e em cada parte dele.

Os desafios estão neste momento confluindo para a (re)composição de um cenário de explicitação de expectativas, compromissos e de dinamização de compromissos nacionais já pactuados ou em pactuação com a perspectiva de que decorram e concorram para ampliação crescente da consciência cidadã de direitos e aperfeiçoamento de nossa democracia, com correspondentes avanços institucionais na governança e na gestão pública.

Nesse cenário complexo e dinâmico, alguns dos desafios permeiam o foco em ações e responsabilidades da Secretaria-Geral da Presidência, especialmente as que estão relacionadas ao inscrito no PPA- Plano Plurianual 2012-2015 Plano Mais Brasil **Programa 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública**.

Objetivo: 0609 - Ampliar o diálogo, a transparência e a participação social no âmbito da Administração Pública, de forma a promover maior interação entre o Estado e a sociedade.

Até 2012, as demandas sociais dos movimentos sociais eram apresentadas a cada Órgão do Governo Federal, de acordo com a sua afinidade com o tema. Diante da falta de transparência, do inexpressivo monitoramento e avaliação das pautas reivindicatórias entregues ao Governo Federal, a Secretaria-Geral da Presidência da República, intensifica o diálogo interno para acelerar as respostas do Governo Federal aos movimentos sociais sobre as demandas sociais, com objetivo de garantir, ampliar e fortalecer o diálogo com a sociedade, além de aperfeiçoar o acompanhamento e avaliação destas demandas sociais.

É nesse contexto que, em setembro de 2012, foi criada Mesa de Monitoramento das Demandas dos Movimentos Sociais, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República. A Mesa surge como instrumento integrador das ações do Governo Federal, que tem como objetivo sistematizar, receber, encaminhar, avaliar os pontos críticos para a construção das soluções e o atendimento das demandas encaminhadas pelos movimentos sociais ao Governo Federal, além de monitorar as demandas sociais.

Para o estabelecimento da Mesa de Monitoramento ocorreram vários encontros envolvendo diversos setores do Governo Federal com o intuito de identificar a forma mais

adequada de sistematizar o monitoramento das demandas dos movimentos sociais. Esse esforço foi decorrente da ausência de técnica de controle por parte do Governo Federal na entrada e nas devolutivas das demandas apresentadas aos variados órgãos vinculados ao Governo Federal (Ministérios, Estatais, Fundações etc.).

4.2 Como as demandas sociais são tratadas no âmbito da Mesa de Monitoramento das Demandas dos Movimentos Sociais

A mesa tem o papel de centralizar as demandas e encaminhar para todos os órgãos do Governo Federal que sejam gestores ou tenham alguma relação com as demandas sociais recebidas pelo Governo Federal. A Mesa acompanha o tratamento que os diversos órgãos federais dão a esses pleitos, tendo por base os compromissos anunciados nas Mesas de Diálogos. A Mesa garante ainda, os compromissos anunciados nas Mesas de Diálogos e negociações, buscando a articulação das diversas áreas de governo na construção da solução as demandas oriundas da sociedade organizada.

Periodicamente, os movimentos sociais entregam à Presidência da República suas pautas, as quais são distribuídas pela Secretaria-Geral a todos os Ministérios, que devolvem os encaminhamentos de governo relativos àquela matéria. Este, consolidado, é entregue em um Caderno de Respostas nas Mesas de Diálogos e/ou Reuniões de Negociação, coordenadas pelos Ministros dos principais temas referentes.

O monitoramento das demandas dos movimentos sociais ocorre no âmbito de uma instância que agrega a participação dos Secretários-Executivos de todos os ministérios, é assessorada por um Grupo Executivo que realiza o acompanhamento dos encaminhamentos e identifica os pontos críticos do conjunto das pautas para a tomada de decisão e encaminhamento no âmbito ou articulação interministerial, de forma a levar a situação e o posicionamento de governo aos movimentos sociais quando da realização das Mesas de Diálogos.

A iniciativa tem por objetivos garantir que os compromissos anunciados nas mesas de diálogos sejam efetivados, buscar a articulação das diversas áreas de governo na construção da solução da demanda e explicitar divergências de entendimento em relação aos temas com vistas à construção do consenso para a solução. Além disso, acompanha a eficácia e efetividade das entregas de bens e serviços do Poder Público para a sociedade.

A Mesa de Monitoramento não substitui as negociações bilaterais e os mecanismos próprios que os Ministérios já desenvolvem na articulação e relacionamento com os movimentos sociais e suas demandas.

Para sistematizar e auxiliar na operacionalização do processo intra e interministerial foi implantado o Sistema de Gestão de Documentos - SGDoc, desenvolvido em plataforma livre, por meio da Metodologia Aplicada de Desenvolvimento Colaborativo Integrado, de acordo com a política de desenvolvimento de sistemas estabelecida pelo Ministério do Planejamento, que visa o desenvolvimento institucional e da gestão pública e a otimização dos recursos públicos, em parceria com o Instituto Chico Mendes da Biodiversidade - ICMBio.

O procedimento operacional de acompanhamento acontece por meio de um sistema já disponível no Portal do Software Livre no Governo Federal.

Figura 1 - Sistema SGDoc

The screenshot shows the SGDoc system interface in a Mozilla Firefox browser. The page title is "Resultado da Pesquisa" (Search Results). The interface includes a search bar, a "Lista de Documentos" (List of Documents) section, and a table with columns for document details. The table contains 7 rows of document information.

#	Digital	Assunto	Número	Tipo	Origem	Data	Movimentação	Opções
1	0000001	PAUTA GERAL	1/2013	PAUTA	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA	17/04/2013	Recebido por Analine Specht - MDA - Secretaria Executiva - MDA/SE em 16/05/2013 - 15:00:00	[Icons]
2	0000004	PAUTA GERAL	2/2013	PAUTA	CONTAG - CONFEDERACAO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA	24/04/2013	Área de Trabalho - SGPR - Secretaria Nacional de Articulação Social - SGPR/SNAS-SGPR	[Icons]
3	0000007	PAUTA GERAL	3/2013	PAUTA	FETRAF - BRASIL - CUT	30/04/2013	Área de Trabalho - SGPR - Secretaria Nacional de Articulação Social - SGPR/SNAS-SGPR	[Icons]
4	0000701	PAUTA GERAL	4/2013	PAUTA	COMITE DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA POLITICA NACIONAL DA POPULACAO EM SITUACAO DE RUA	21/12/2012	Área de Trabalho - SGPR - Secretaria Nacional de Articulação Social - SGPR/SNAS-SGPR	[Icons]
5	0000702	PAUTA GERAL	5/2013	PAUTA	MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DO BRASIL - MMC	01/03/2013	Área de Trabalho - SGPR - Secretaria Nacional de Articulação Social - SGPR/SNAS-SGPR	[Icons]
6	0000703	PAUTA GERAL	7/2013	PAUTA	MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS	28/12/2012	Área de Trabalho - SGPR - Secretaria Nacional de Articulação Social - SGPR/SNAS-SGPR	[Icons]
7	0000704	PAUTA GERAL	8/2013	PAUTA	MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLAVEIS	21/12/2012	Área de Trabalho - SGPR - Secretaria Nacional de Articulação Social - SGPR/SNAS-SGPR	[Icons]

As demandas sociais chegam por meio de todos os Ministérios e órgãos de Governo Federal. Cada pauta de reivindicações é apresentada de acordo com cada tema que os órgãos estão acompanhando. Há também as demandas que são entregues à Presidência da República, por meio da Secretaria-Geral, que atua como interlocutora junto aos demais

Ministérios e Órgãos para acompanhamento e devolutivas que serão entregues aos movimentos sociais, no formato de uma entrega centralizada da pauta reivindicatória.

No âmbito da Mesa de Monitoramento das Demandas dos Movimentos Sociais ocorre reunião trimestral de Secretários-Executivos, que funciona como instância de ação e governança e que tem o objetivo de monitorar e pactuar respostas governamentais às demandas apresentadas pela sociedade civil, além de aperfeiçoar o intercâmbio de informações entre os Ministérios.

O Grupo Executivo da Mesa de Monitoramento é uma instância de apoio às reuniões da Mesa de Monitoramento e visa, em encontros prévios bimestrais, preparar a pauta, encaminhar informações, monitorar os prazos e coordenar os procedimentos necessários às deliberações dos Secretários-Executivos. É composta por interlocutores indicados pelos Ministérios.

A mesa tem seus procedimentos simplificados, de fácil aplicabilidade e acompanhamento, tais como:

- Monitoramento com periodicidade definida;
- Delimitação clara do objeto de monitoramento;
- Fluxos de tramitação pactuados; e
- Compromisso com o resultado: resolução de encaminhamentos no Governo Federal e devolutivas às demandas da Sociedade Civil.

No final de cada círculo a Coordenação da Mesa de Monitoramento elabora o Caderno de “Destaques no Atendimento às Pautas do Campo” e “Urbano” e entrega aos movimentos, por ocasião de audiências realizadas com Presidenta da República e diretamente com os Ministérios envolvidos com as referidas demandas.

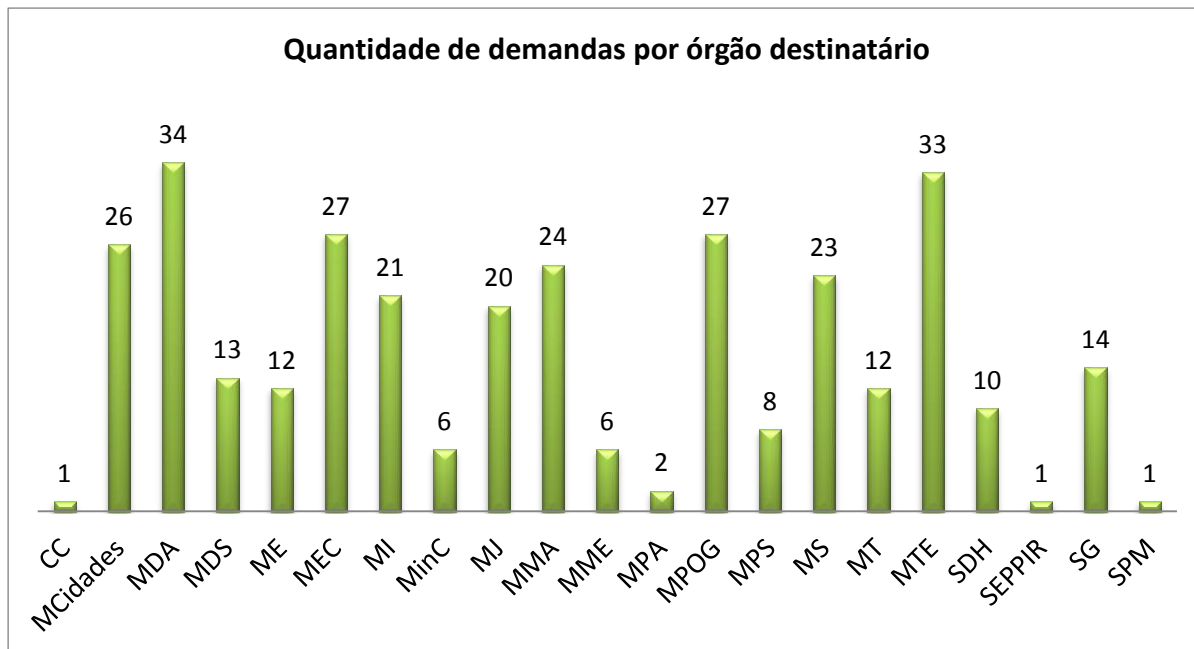
4.3. Resultados alcançados com a criação da Mesa de Monitoramento das Demandas dos Movimentos Sociais.

Nos últimos três anos, período de 2012 a 2014, foram registrados 2.433 demandas dos movimentos sociais urbanos e do campo, organizados num conjunto de pautas de reivindicações anuais encaminhadas por 30 entidades da sociedade civil organizada.

Apenas em 2012, foram 1.068 demandas de 30 entidades da sociedade civil organizada. Tais pleitos foram divididos em 72 temas de políticas públicas e agregados em 461 ações. Desse total, 231 medidas foram consideradas prioritárias, em virtude de

tratarem de compromissos presidenciais ou prioridades estratégicas da agenda de governo ou priorizações do próprio movimento social. Com relação ao campo foram 840 demandas entregues em 15 Pautas.

Gráfico 1 - Órgão destinatário da demanda



Legenda:

CC = Casa Civil / **MCidades** = Ministério das Cidades / **MDA** = Ministério do Desenvolvimento Social
MDS = Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome / **ME** = Ministério dos Esportes
MEC = Ministério da Educação / **MI** = Ministério da Integração / **MinC** = Ministério da Cultura
MJ = Ministério da Justiça / **MMA** = Ministério do Meio Ambiente / **MME** = Ministério das Minas e Energia
MPA = Ministério da Pesca e Aquicultura / **MPOG** = Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPS = Ministério da Previdência Social / **MS** = Ministério da Saúde / **MT** = Ministério dos Transportes
M T E = Ministério do Trabalho e Emprego / **SDH** = Secretaria dos Direitos Humano
SEPPIR = Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial / **SG** = Secretaria-Geral
SPM = Secretaria de Políticas para Mulheres

Dentre os diversos temas apresentados no último ano pelos movimentos sociais em suas pautas reivindicatórias ao Governo Federal, elencamos a seguir algumas propostas que foram acompanhadas pela Mesa de Monitoramento das Demandas dos Movimentos Sociais:

Tabela 1 - Resumo das demandas apresentadas por movimento

TEMA	DEMANDAS
Juventude	1. Gastos com a copa 2014; Redução/congelamento das tarifas do transporte público; 2. Permanência estudantil no ensino médio; Regulamentação da Meia-Entrada; 3. Redução da violência policial.

TEMA	DEMANDAS
Mobilidade urbana	<ol style="list-style-type: none"> 1. Passe Livre; Liberação dos R\$ 50 bilhões anunciados no Pacto pela Mobilidade; 2. Efetivação do legado da copa para a mobilidade urbana; Inclusão de bicicletas nos itens financiáveis pelo Minha Casa Minha Vida Melhor e 3. Aprimoramento do encaminhamento das decisões das conferências.
Cultura digital e comunicações	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aprovação do Marco Civil da Internet; Elaboração do Marco Regulatório das Comunicações; 2. Fortalecimento do software livre como estratégia nacional de desenvolvimento e 3. Criação de espaços de participação social na internet com incidência na agenda de governo.
Movimentos da periferia	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desmilitarização das polícias; 2. Fortalecimento do controle externo da atividade policial pelo Ministério Público e pelas Ouvidorias de Polícias; 3. Fortalecimento das Defensorias Públicas; 4. Criação emergencial de uma Política Nacional de Reparação Integral às Vítimas Torturadas e às Famílias de Vítimas do Estado Brasileiro; 5. Fortalecimento de Políticas Públicas Educacionais e Culturais aos Artistas e Jovens Periféricos produtores de Samba, Hip-Hop, Saraus.
Movimentos de moradia	<ol style="list-style-type: none"> 1. Posição do Governo sobre o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano – SNDU; 2. Publicação de Resolução pelo Comitê Gestor do MCMV para autorizar até 20% da demanda das entidades com renda superior a faixa 1 do PMCMV; 3. Regulamentação das remoções involuntárias em obras do Governo Federal, nos moldes da Portaria 317/MCidades; 4. Definição sobre imóveis do INSS e destinação de áreas da RFFSA para Habitação de Interesse Social.
Catadores de materiais recicláveis	<ol style="list-style-type: none"> 1. Inclusão dos catadores de materiais recicláveis nos Acordos de Logística Reversa, principalmente “embalagens em geral” e “eletroeletrônicos”; 2. Assinatura do Plano Nacional de Resíduos Sólidos; Reedição do Decreto nº 5.940/2006; 3. Publicação do Estudo sobre viabilidade da incineração no Brasil e Inclusão social dos catadores dos lixões e contratação das cooperativas de catadores pelas Prefeituras Municipais.

TEMA	DEMANDAS
Centrais sindicais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Negociação com funcionalismo público – Campanha salarial 2014; 2. Antecipação dos ganhos de 2015; 3. Resolução do impasse sobre fator previdenciário; 4. Regulamentação da Convenção 151 da OIT; 5. Recuperação do valor das aposentadorias e Perdas inflacionárias do FGTS.
Religiosos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Política sobre Drogas; Marco Regulatório das Organizações Sociais; 2. Plano Nacional de Combate à Intolerância Religiosa; 3. Política Indigenista; Estatuto do Nascituro e Criminalização da Homofobia.
Mulheres	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não aprovação do Estatuto do Nascituro; 2. Tipificação do crime de feminicídio; 3. Regulamentação e implementação da PEC das Trabalhadoras Domésticas; 4. Transparência do orçamento gasto com políticas para as mulheres na nova metodologia do PPA e Maior igualdade na ocupação dos espaços de poder.
LGBT	<ol style="list-style-type: none"> 1. Casamento igualitário; Posição contrária ao PL da “Cura Gay” que pode ser desarquivado a qualquer momento; 2. Plano Nacional de Promoção dos Direitos e Cidadania de LGBT; 3. Aprovação do PL 122, que criminaliza o preconceito contra homossexuais; Fortalecimento do programa de saúde integral LGBT; 4. Viabilização do Sistema Nacional LGBT e a Criação de sistema de informação que congregue dados do Disque 100, Ouvidoria do SUS, boletins de ocorrência nas delegacias e matérias de jornal para gerar dados mais consistentes sobre violência contra homossexuais.
Direitos humanos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aprovação da PEC 57 – Trabalho Escravo; 2. Posicionamento sobre discussão do Sistema de Segurança Pública; 3. Monitoramento sobre impacto de grandes obras e eventos esportivos; 4. Acelerar a tramitação e a aprovação do projeto de lei que institui o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH) e Aprovação do PL que instituirá o Conselho Nacional de Direitos Humanos.
Movimento negro	<ol style="list-style-type: none"> 1. Territórios quilombolas em conflito com a Marinha: Marambaia (RJ), Alcântara (MA) e especialmente Rio dos Macacos (BA);

TEMA	DEMANDAS
	2. Disque Igualdade Racial e Plano Nacional de Combate à Intolerância Religiosa.
Quilombolas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reconhecimento e titulação dos territórios quilombolas; 2. Pleno atendimento das famílias quilombolas pelos programas sociais, como Bolsa Família; Preservação e promoção das manifestações culturais quilombolas; 3. Oposição à PEC 215 - Inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas; 4. Direito Patrimonial – Discussão no STF sobre os direitos patrimoniais dos povos e comunidades tradicionais e Área de Sobreposição.
Indígenas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Revogação da Portaria nº 303 da AGU, que dispõe sobre as salvaguardas institucionais às terras indígenas – PR anunciou a suspensão da Portaria e se comprometeu a revê-la; 2. Fortalecimento das políticas públicas para os povos indígenas, em especial as relacionadas à saúde, educação e sustentabilidade e Regulamentação do direito de consulta na Convenção 169.
Extrativistas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Regularização e Criação de Novas Áreas de Uso Coletivo Demandadas por Populações Extrativistas; 2. Política de Ater e Contratos de habitação dos extrativistas da Reserva Chico Mendes, situada na Região do Alto Acre.
Povos e comunidades tradicionais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Construção de arranjos para avançar na regularização fundiária dos territórios de comunidades tradicionais. 2. Política de Ater específica para Povos e Comunidades Tradicionais. 3. Definição sobre a inclusão de povos e comunidades tradicionais como sujeitos de direito da Convenção 169 da OIT. 4. Fortalecimento da Política Nacional para o desenvolvimento sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais e Fortalecimento da CNPCT e discussões regionais para reestruturação da Comissão.
Movimentos do campo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Destinação de novas áreas para a reforma agrária; 2. Criação de grupo de trabalho para elaborar Plano Nacional de Reforma Agrária; 3. Criação da Política Nacional dos Atingidos por Barragens – PNAB; 4. Política governamental de redução do uso de agrotóxicos e 5. Aceleração na aplicação de recursos no Plano Minha Casa Minha Vida Rural.

4.4 Análise do resultado de questionário aplicado junto às entidades que apresentaram demandas sociais em solenidade com a Presidenta da República, no ano de 2013.

Foi realizada aplicação de um questionário para avaliar a percepção dos 18 (dezoito) entidades dos movimentos sociais com relação às respostas apresentadas às demandas sociais entregues em solenidades com a Presidência da República, no ano de 2013.

As perguntas foram estruturadas em torno de uma escala que possibilitou medir a percepção das entidades representativas de movimentos sociais que têm demandas cadastradas na Mesa de Monitoramento das Demandas dos Movimentos Sociais da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR). As perguntas estão em formato crescente, variando de: 1 – Discordo; 2 – Discordo parcialmente; 3 Indiferente; 4 – Concordo parcialmente e 5 – Concordo.

A aplicação do questionário foi realizada por e-mail junto aos representantes das entidades relacionadas a seguir:

1. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil- APIB;
2. Movimento Nacional de Luta pela Moradia;
3. União Nacional por Moradia Popular;
4. Movimento dos Trabalhadores Sem Teto;
5. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura- CONTAG;
6. Assalariadas e Assalariados Rurais- CONTAG;
7. Fed. Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar;
8. Movimento Camponês Popular;
9. Movimento de Mulheres Camponesas;
10. Movimento dos Pequenos Agricultores;
11. Movimento Sem Terra – MST;
12. Pastoral da Juventude Rural;
13. União Nacional dos Estudantes;
14. Levante Popular da Juventude;
15. Movimento Nacional de Direitos Humanos;
16. Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS;
17. Movimentos dos Atingidos por Barragem- SP;
18. Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR.

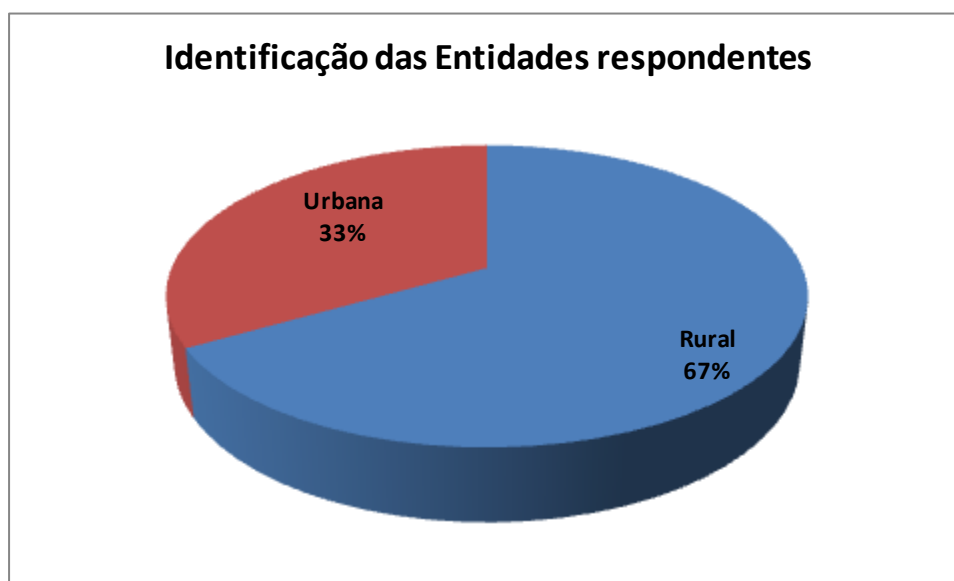
O questionário foi apresentado para os respondentes em quatorze perguntas, divididas nas seguintes dimensões:

- a) Acesso ao Governo Federal;
- b) Diálogos com os movimentos sociais;
- c) Tempo e qualidade das respostas;
- d) Acompanhamento das pautas de reivindicações apresentadas;
- e) Contribuição para políticas públicas.

Ao todo, foram obtidas nove respostas entre os dias 10 de julho e 1 de agosto de 2014 das seguintes entidades, das quais 67% se declararam rurais e 33% urbanas:

- Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS);
- Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH);
- Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR);
- Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB);
- Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA);
- CONTAG-Secretaria de Assalariados Rurais;
- Movimento Marcha das Margaridas;
- Movimento Camponês Popular – MCP;
- Levante Popular da Juventude.

Gráfico 2 - Identificação das entidades respondentes

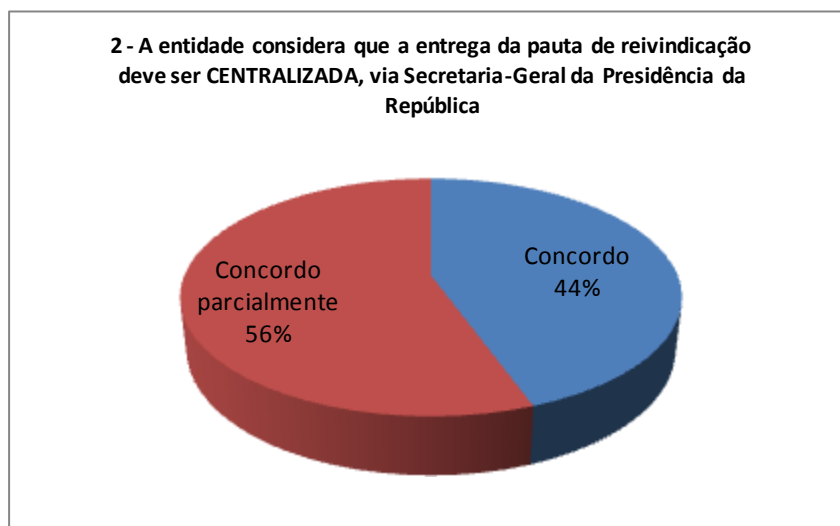


Na dimensão *Acesso ao Governo Federal*, 67% das entidades discordaram de que a entrega da pauta de reivindicação deve ser descentralizada (cada órgão recebe sua demanda específica), enquanto todas as entidades concordaram, em grau diferenciado, de que a entrega de pauta de reivindicação deve ser centralizada, via Secretaria-Geral da Presidência da República.

Gráfico 3–Pergunta 1



Gráfico 4 - Pergunta 2



As justificativas apresentadas para as respostas foram:

- a) As vezes é possível entregar a pauta específica a um ministério, mas como não existe transversalidade na política do governo é preciso que a Secretaria-Geral assuma o papel de mediador juntos aos diversos Ministérios.

- b) Há pautas bem especifica, como, por exemplo, a questão da política de drogas. Porém é cultura de gestão, que a pauta embora seja da saúde, ela se inter-relaciona com outras pastas que devem intervir. Neste caso seria bom que houvesse um monitoramento por parte da Secretaria-Geral da Presidência da República para que haja conhecimento do Governo como um todo das pautas específicas e gerais.
- c) Acredito que dependendo do nível de demanda, pois podemos ter demandas simples que podem ser enviadas diretamente aos órgãos que se relacionam com os movimentos sociais.
- d) Considerando que, se os órgãos do Estado fossem ágeis, poderia ser descentralizada. No caso dos atingidos por barragens, não existe um órgão responsável e nem uma política que garanta os direitos dos atingidos.
- e) Por mais que não está tendo a efetividade necessária achamos que a centralidade ajuda no monitoramento, tem que ter mais coordenações para dar a agilidade e tempestividade necessárias. Pois as respostas do Governo Federal às demandas dos movimentos sociais não tem pragmatismo e eficácia.
- f) Considero que a entrega da Pauta de forma centralizada na Secretaria-Geral da Presidência impede que os Ministérios fiquem distribuindo responsabilidade entre si, fazendo com que os Movimentos Sociais fiquem batendo de porta em porta em busca de respostas. A centralização na Secretaria-Geral da Presidência mostrou importantes resultados no processo de negociação da Primeira Mobilização Nacional dos Assalariados (as) Rurais.
- g) Caso a entrega da pauta seja feita somente na secretaria da presidência da república, a mesma poderá ficar sobrecarregada, tendo que acompanhar todos os pontos de todas as organizações. Então, a pauta deve ser entregue aos seus respectivos órgãos, também a Secretaria-Geral e a mesma deve fazer um acompanhamento das prioridades e ajudar a resolver os entraves.
- h) É fundamental o processo de acompanhamento da secretaria geral, principalmente por imprimir maior compromisso das áreas com as respostas a serem apresentadas. No entanto se faz necessária à implementação efetiva de um processo de monitoramento, uma vez que muitas das repostas ficam ainda pendentes, e muitas vezes terminando por arrolar num longo chegando a voltar na agenda do próximo ano.

- i) A pauta deve ser entregue de acordo com a capacidade de resposta do governo. Há casos em que os órgãos específicos apenas recebem a pauta para remeter à Secretaria-Geral. Além de atrasar o processo, isso isola o movimento social da instância efetivamente decisória. Em outros casos mais simples, os órgãos específicos gozam de autonomia para resolver a pauta, e não seria necessário acionar a Secretaria-Geral.

Na dimensão *Diálogo com os Movimentos Sociais*, 67% das entidades concordaram em grau variado (concordaram ou concordaram parcialmente) que os órgãos do Governo Federal tratam as pautas de reivindicações com prioridade, 89% concordaram, a maioria de maneira parcial, que estes órgãos mantêm diálogo permanente com a entidade durante a negociação da pauta de reivindicação, e 89% declararam concordância, também a maioria de maneira parcial, de que os canais do Governo Federal são adequados. A partir destas respostas, pode-se inferir que há uma boa percepção sobre o diálogo do Governo Federal com os movimentos sociais atendidos pela Mesa.

Gráfico 5 - Pergunta 3

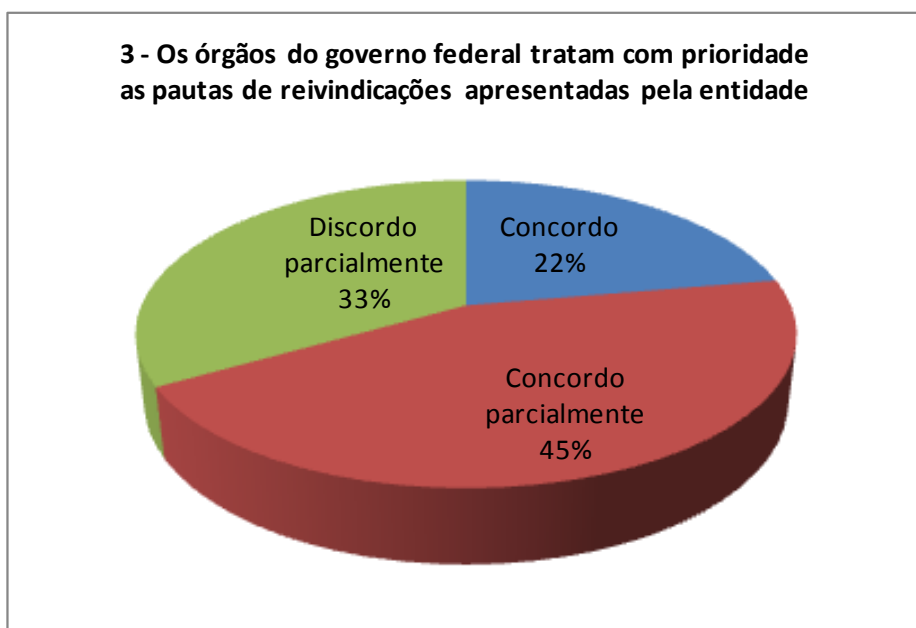


Gráfico 6 - Pergunta 4

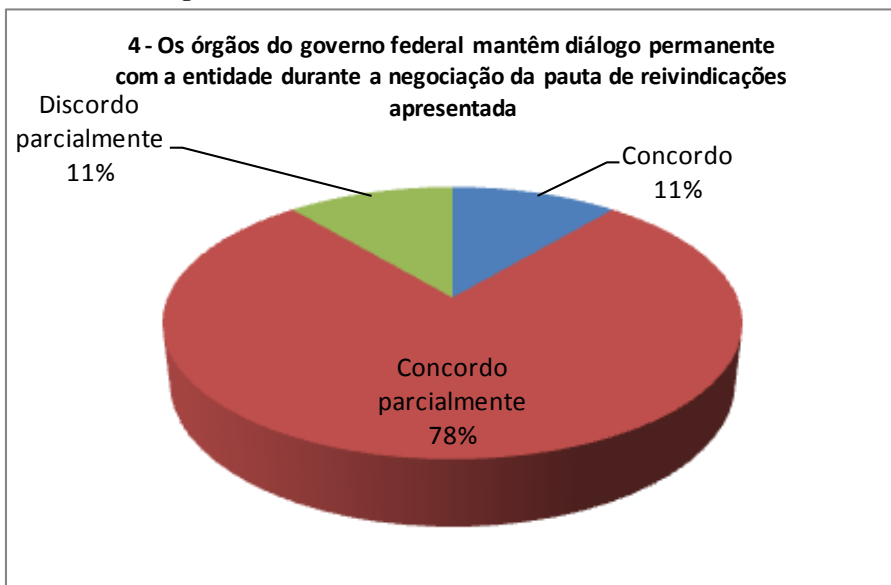
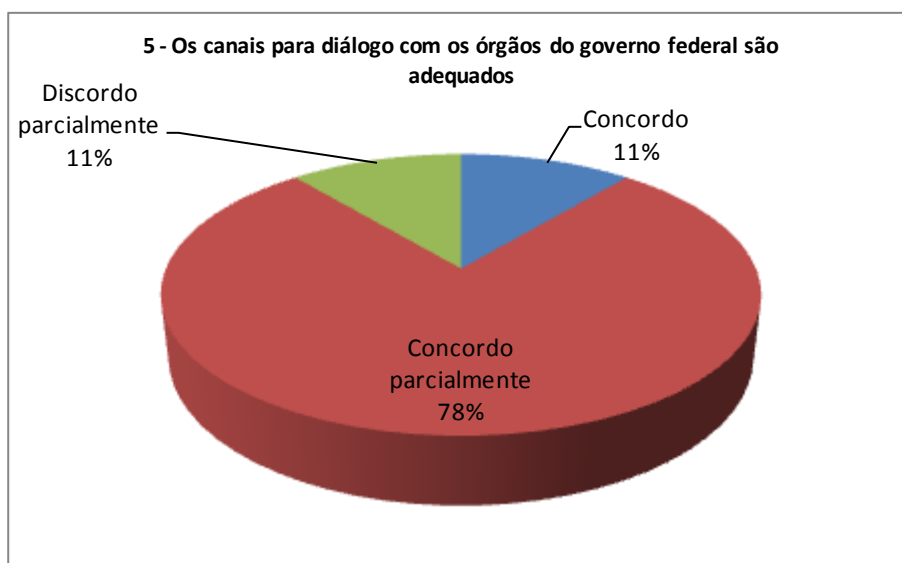


Gráfico 7 - Pergunta 5



Na dimensão *Tempo e qualidade das respostas*, 67% das entidades concordam que a resposta descentralizada da pauta de reivindicação é rápida e clara, apesar de todas as entidades concordarem que a entrega da pauta deva ser centralizada e 67% discordarem que a entrega deva ser descentralizada.

Ainda nesta dimensão, 56% das entidades concordam parcialmente que a resposta centralizada na Secretaria-Geral da Presidência da República é rápida e clara (uma entidade não respondeu a esta pergunta) e 33% discordaram, enquanto 67% concordaram parcialmente que as respostas do Governo Federal às pautas de reivindicações apresentadas

são de fácil entendimento e de qualidade. Esta dimensão pode ser apontada como tema a ser aprimorado pelo Governo Federal nas devolutivas aos movimentos sociais.

Gráfico 8 - Pergunta 6

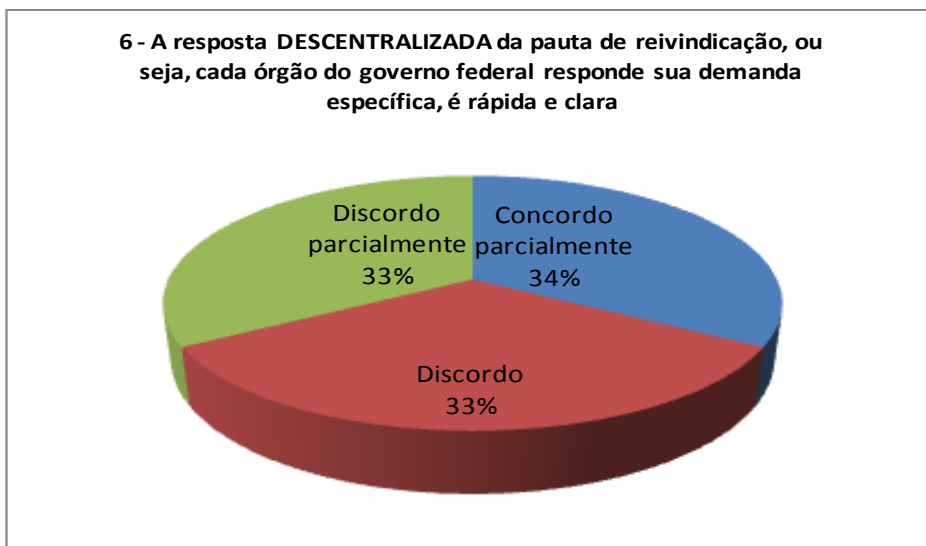


Gráfico 9 - Pergunta 7

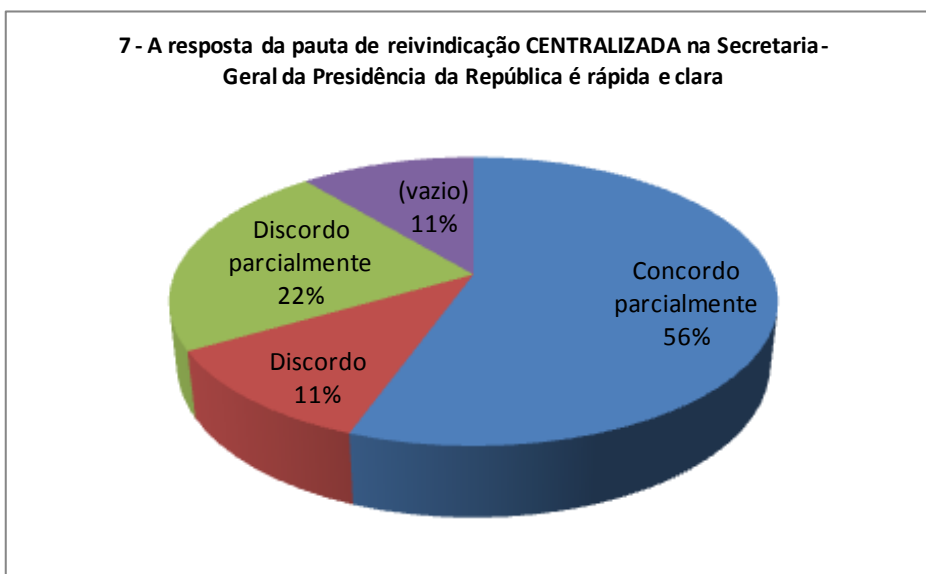
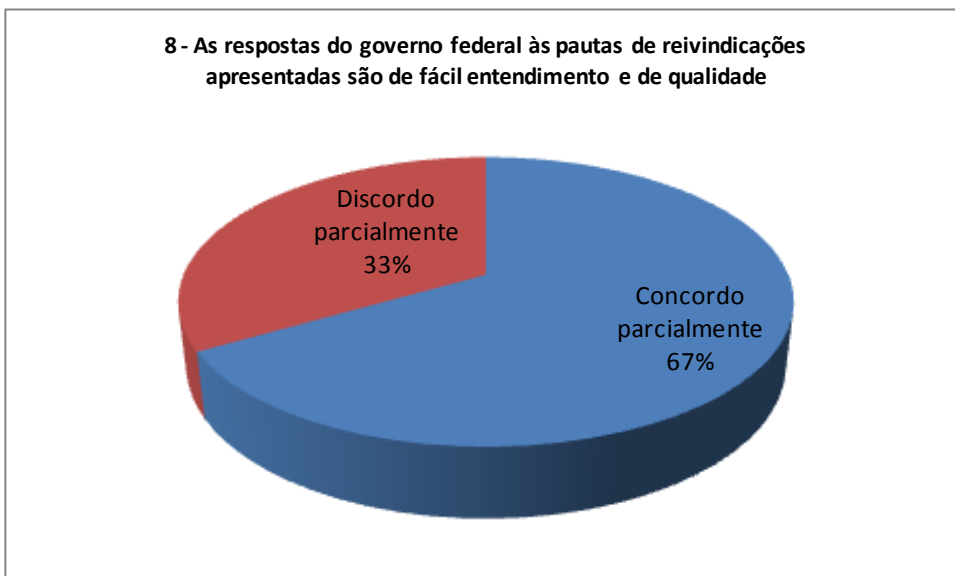


Gráfico 10 - Pergunta 8



Na dimensão *Acompanhamento das pautas de reivindicações apresentadas*, 44% disseram desconhecer algum mecanismo do Governo Federal para acompanhamento das pautas de reivindicações apresentadas (uma entidade respondeu ser indiferente e foi considerada como desconhecimento dos mecanismos), e 56% das entidades indicaram conhecer algum tipo de mecanismo, enquanto 78% das entidades indicaram participar de algum tipo de mecanismo com este fim.

A grande maioria das entidades (78%) declarou conhecer a Mesa de Monitoramento das Demandas Sociais do Governo Federal, e 67% declararam reconhecer a Mesa de Monitoramento como um mecanismo eficaz de monitoramento das demandas sociais apresentadas. Destas respostas pode-se inferir que entidades participam dos mecanismos de acompanhamento sem compreender totalmente seu objetivo, demonstrando também um ponto a ser desenvolvimento nos mecanismos de acompanhamento das pautas apresentadas, em especial na Mesa de Monitoramento das Demandas dos Movimentos Sociais.

Gráfico 11 - Pergunta 9

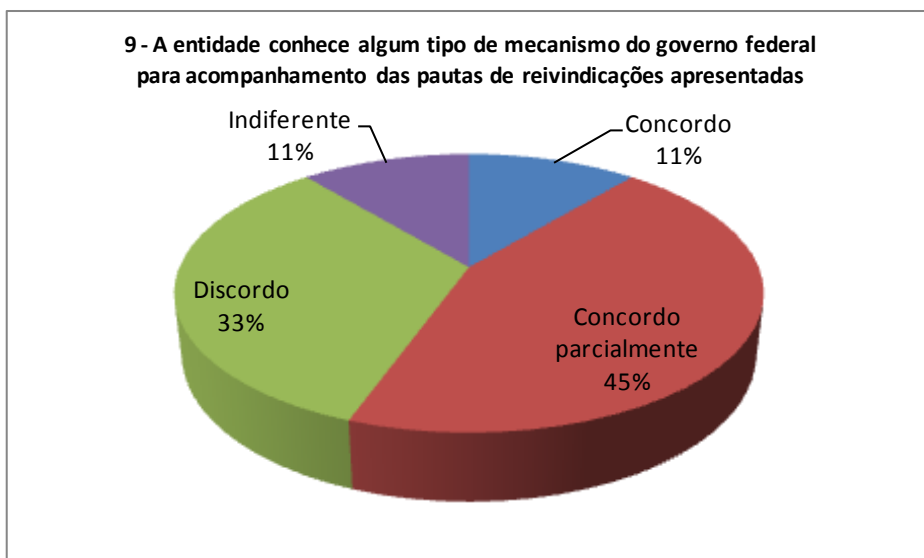


Gráfico 12 - Pergunta 10

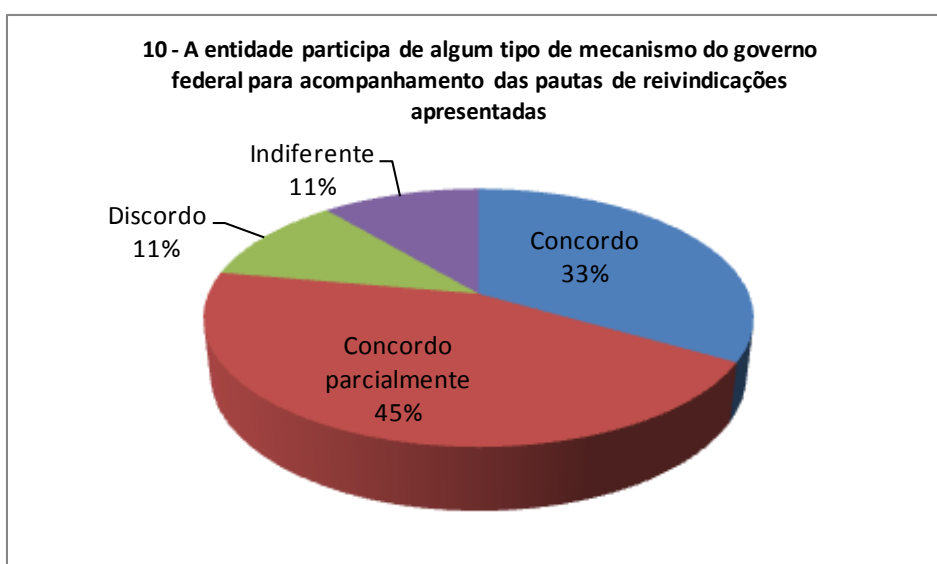


Gráfico 13 - Pergunta 11

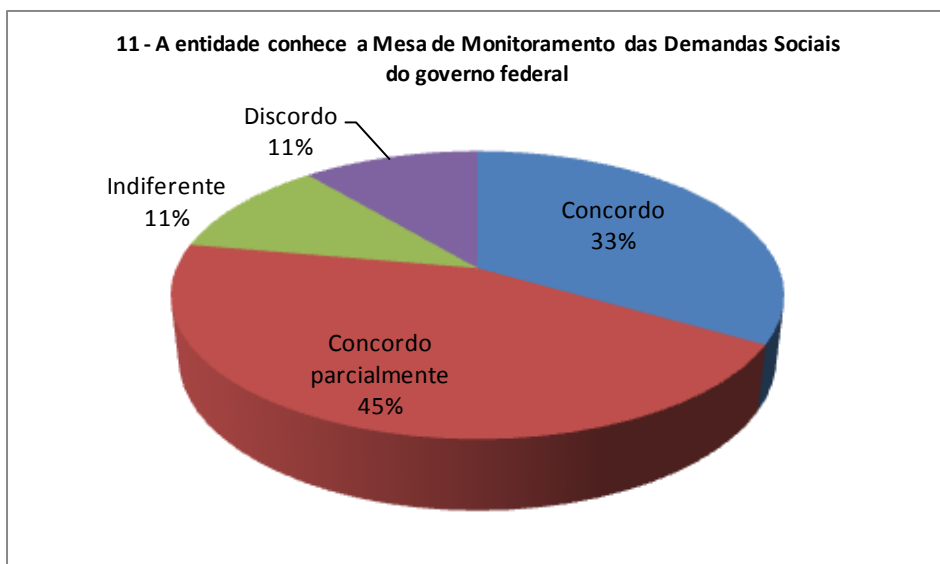
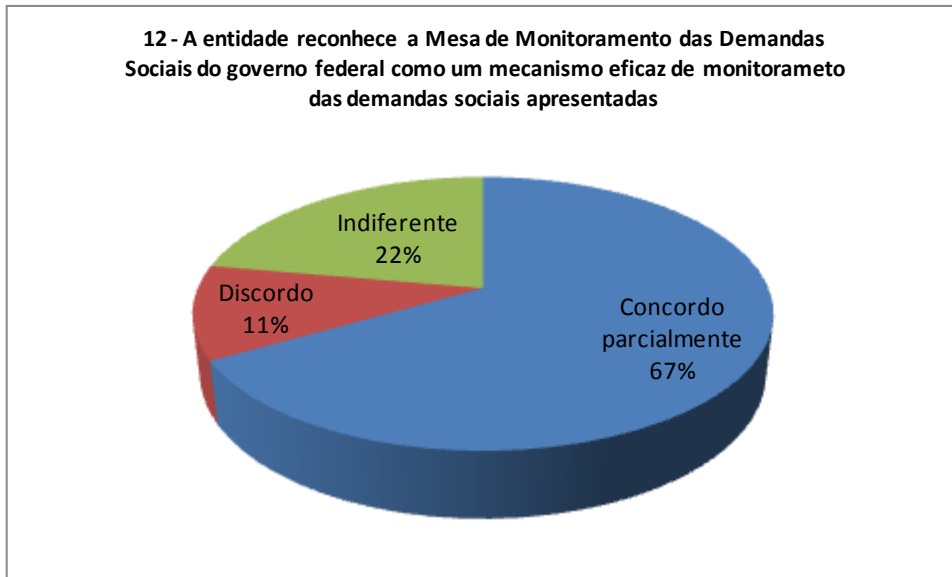


Gráfico 14 - Pergunta 12



Na dimensão *Contribuição para Políticas Públicas*, todas as entidades concordaram a minoria de maneira parcial (22%) de que o acompanhamento das demandas sociais pelo Governo Federal contribui para o aprimoramento e o fortalecimento de políticas públicas, assim como para a criação de novas políticas públicas, porém com leve diferença na proporção (33% concordaram parcialmente).

Gráfico 15 - Pergunta 13

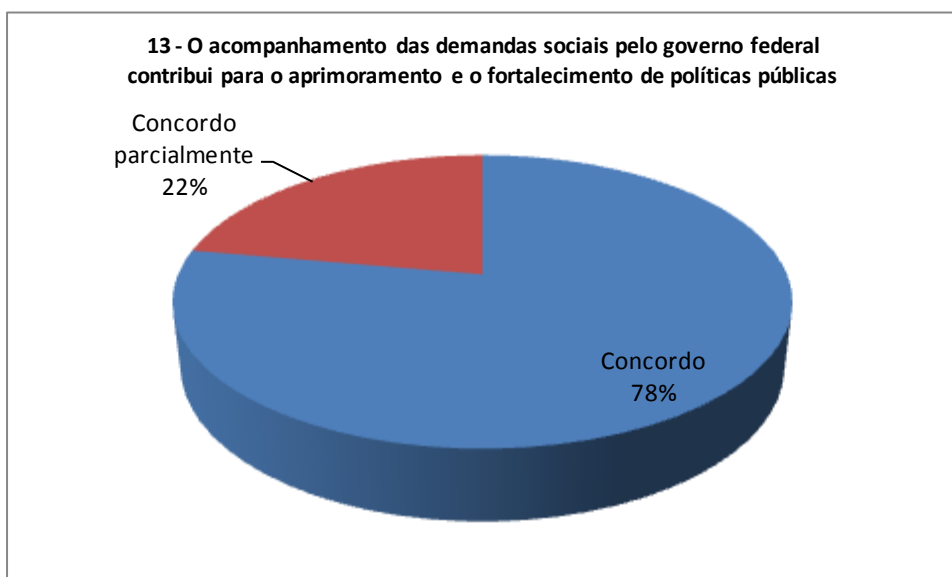
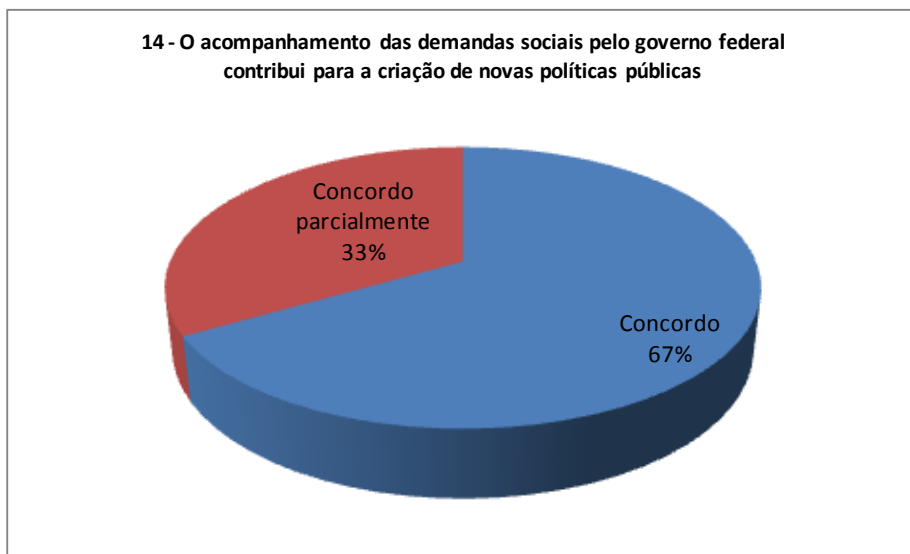


Gráfico 16 - Pergunta 14



A aplicação do questionário demonstrou que a criação da Mesa de Monitoramento das Demandas dos Movimentos Sociais não só atende ao objetivo de reforçar o diálogo com os movimentos sociais, apesar de alguns pontos para aprimoramento, como tem o potencial de fato para contribuir para a solução das demandas oriundas da sociedade organizada.

5. Conclusão

O trabalho realizado acerca da análise do monitoramento das demandas sociais apresentadas pelos movimentos sociais ao Governo Federal considerou os conceitos de participação social, democracia representativa e participativa, os modelos de movimentos sociais, Estado e movimentos democráticos, o processo de monitoramento das demandas dos movimentos sociais apresentadas ao Governo Federal, além de aplicação do questionário junto às entidades que apresentaram demandas sociais a Presidência da República no ano de 2012 a 2014. Foi possível, na junção entre teoria e realidade, identificar pontos relevantes, complexos e frágeis na relação entre o Estado e Sociedade.

Foi considerado os conceitos de participação social, democracia representativa e participativa, os modelos de movimentos sociais, Estado e movimentos democráticos, o processo de monitoramento das demandas dos movimentos sociais apresentadas ao Governo Federal, além de aplicação do questionário junto às entidades que apresentaram demandas sociais a Presidência da República no ano de 2012 a 2014.

A aplicação do questionário demonstrou que a criação da Mesa de Monitoramento das Demandas dos Movimentos Sociais não só atende ao objetivo de reforçar o diálogo com os movimentos sociais, apesar de alguns pontos para aprimoramento, como tem potencial de fato, com diálogo e respeito, para contribuir na solução das demandas oriundas da sociedade organizada.

A partir do questionário, pode-se fazer inferências a respeito dos modelos de entrega de demandas descentralizado e centralizado, como a heterogeneidade da relação entre governo e sociedade civil em diferentes instâncias do governo federal.

Foi possível, na junção entre teoria e realidade, identificar pontos relevantes, complexos e frágeis na relação entre o Estado e Sociedade, a exemplo das diferenças existentes entre o legislativo e o executivo, quando o tema é fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil, conforme preconiza a Política Nacional de Participação Social – PNPS.

Para os movimentos sociais, essa fragilidade poderia ser suprimida com a recepção centralizada em órgão que tenha ligação direta com a Presidência da República, a exemplo da Secretaria Geral, conforme demonstraram as respostas colhidas do questionário aplicado para avaliar a percepção dos movimentos sociais com relação às respostas

apresentadas às demandas sociais entregues à Presidência da República. Esse quesito reforça a tese dos movimentos sociais quando na análise da dimensão *Acesso ao Governo Federal* do questionário, onde 66% das entidades discordaram de que a entrega da pauta de reivindicação deve ser descentralizada (cada órgão recebe sua demanda específica), e todas as entidades concordaram, em grau diferenciado, de que a entrega de pauta de reivindicação deve ser centralizada, via Secretaria-Geral da Presidência da República.

São várias as justificativas apresentadas para a dimensão acima citada. Elas vão desde a existência da transversalidade na política do governo, passando por pautas específicas como a política de combate as drogas, que embora a pauta seja da saúde, ela se interrelaciona com outras pastas que não devem ser vistas separadamente, até a efetividade do monitoramento, cuja coordenação está centralizada na Secretaria-Geral da Presidência, o que impede que os Ministérios façam a distribuição da responsabilidade sobre os temas entre si, fazendo com que os movimentos sociais fiquem batendo de porta em porta em busca de respostas. Para os movimentos, quando a pauta é centralizada na Secretaria-Geral da Presidência da República, há resultados importantes no processo de negociação com resposta rápida e efetiva.

Outro ponto que destacamos é o diálogo do Governo Federal com os movimentos sociais. Identificamos que as entidades concordam em grau variado que os órgãos do Governo Federal tratam as pautas de reivindicações com prioridade. Dessa forma, pode-se inferir que há uma boa percepção sobre o diálogo do governo com os movimentos sociais.

É importante ressaltar que a Mesa de Monitoramento é razoavelmente conhecida no meio dos movimentos sociais. No entanto, o governo tem que melhorar a comunicação sobre os seus mecanismos de acompanhamento das pautas de reivindicações dos movimentos sociais porque inferimos que as entidades que participam dos mecanismos de acompanhamento não compreendem totalmente seu objetivo.

Por fim, esperamos ter contribuído com reflexões e conclusões sobre o processo de análise do monitoramento das demandas sociais apresentadas pelos movimentos sociais ao Governo Federal. Que essa iniciativa seja fortalecida internamente pelo Governo Federal para contribuir no aprimoramento das Políticas Públicas, desde a sua criação, execução e monitoramento. Contudo vale destacar que o assunto não esgota e, portanto, pode vir a ser explorado em investigações posteriores.

6. Referências bibliográficas

AVRITZER, LEONARDO. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Revista. Brasileira de Ciências. Sociais [online]. 1997, vol.12, n.35.

AVRITZER, Leonardo e SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para ampliar o cânone democrático*. Disponível em http://www.eurozine.com/articles/article_2003-11-03-santos-pt.html. Acesso em 13/10/2013.

DAHL, Robert. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: EDUSP, 1997.

GAMA NETO, Ricardo Borges. *Minimalismo schumpeteriano, teoria econômica da democracia e escolha racional*. Revista de Sociologia e Política V.19 N° 38. Curitiba, 2011, pp. 27-42.

GIDDENS, Anthony. *Política, Sociologia e Teoria Social. Encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

KINZO, M.D'A. *Partidos, eleições e democracia no Brasil pós 1985*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 9 n 54, fevereiro 2004, pp 23-40.

MIGUEL, Luis Felipe. *Representação política em 3D. Elementos para uma teoria ampliada de representação política*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 18 N° 51 fevereiro 2003, pp. 122-140.

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Mesa de monitoramento das demandas sociais. Destaques no atendimento às pautas do Campo*. Presidência da República. Secretaria – Geral, Maio de 2013. Disponível em http://www.secretariageral.gov.br/noticias/ultimas_noticias/arquivos-noticias/relatorio_campofloresta. Acesso em 12/10/2013.

SILVA, Marcelo Kunrath e OLIVEIRA, Gerson de Lima. *A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária do Rio Grande do Sul*. Sociologias, Porto Alegre, ano 13, n° 28, set./dez. 2011, p. 86-124.

WEBER, Max, *A política como vocação*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

MEDEIROS, Sabrina Evangelista. *Resenha do texto: Os Donos do Poder*. Rio de Janeiro: Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, ano 2, n. 24, 2007.

Portais e páginas via web – fontes de documentos, relatórios, dados, projetos e programas e demais informações

AUGUSTI, Maria Teresa: *Pacto de gestão: prioridade ou utopia?* SP, IFF, 2008

AUGUSTI Maria Teresa e SAMPAIO, Jorge Thadeu: *Capacidade de Gestão como Competência Estratégica* – Cadernos IFF, 2006.

AVRITZER, Leonardo: *Teoria Democrática, esfera pública e participação social*. Sociologias, Porto Alegre, ano 1.

BRASIL, ENAP-MPOG: *Ações Premiadas no 16º concurso Inovação na Gestão Pública Federal-2011*.

BRASIL, Ministério do Planejamento, SG/PR: *Agendas Transversais. Monitoramento Participativo. Plano Mais Brasil-PPA 2012-2015- Volume I. Sumário Executivo*.

Disponível em

http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2013/Agendas_Transversais-Resumo_%20Exec.pdf

BRASIL, Ministério do Planejamento, SG/PR: *Agendas Transversais: Monitoramento Participativo. Plano Mais Brasil-PPA 2012-2015- Volume II. Relatórios do Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento-SIOP*. Disponível em

http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2013/Agendas_Transversais-Rel_SIOP.pdf

Anexo 1 – Questionário aplicado junto às entidades que apresentaram demandas sociais a Presidência da República no ano de 2013

Questionário sobre as demandas apresentadas pelos movimentos sociais ao Governo Federal

Este questionário faz parte do trabalho de especialização sobre Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O objetivo é avaliar a percepção dos movimentos sociais com relação às respostas apresentadas às demandas sociais entregues ao Governo Federal.

Para isso, responda todas as questões a seguir conforme a sua percepção a partir da seguinte escala:

- 1 - Discordo
- 2 - Discordo parcialmente
- 3 - Indiferente
- 4 - Concordo parcialmente
- 5 - Concordo

Em caso de dúvida, você pode entrar em contato pelo email: nonatolima63@gmail.com. Caso deseje receber o resultado dessa pesquisa, informe também pelo mesmo e-mail.

Desde já agradecemos sua participação!

Parte superior do formulário

IDENTIFICAÇÃO

Nome da Entidade

Entidade

- Urbana
- Rural

Nome do Respondente

E-mail para contato

Telefone para contato

DIMENSÃO: ACESSO AO GOVERNO FEDERAL

1 - A entidade considera que a entrega da pauta de reivindicação deve ser DESCENTRALIZADA (cada órgão recebe suas demandas específicas)

- Discordo
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo

2 - A entidade considera que a entrega da pauta de reivindicação deve ser CENTRALIZADA, via Secretaria-Geral da Presidência da República

- Discordo
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo

Explique a sua resposta para os itens anteriores

DIMENSÃO: DIÁLOGOS COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

3 - Os órgãos do Governo Federal tratam com prioridade as pautas de reivindicações apresentadas pela entidade

- Discordo

- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo

4 - Os órgãos do Governo Federal mantêm diálogo permanente com a entidade durante a negociação da pauta de reivindicações apresentada

- Discordo
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo

5 - Os canais para diálogo com os órgãos do Governo Federal são adequados

- Discordo
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo

DIMENSÃO: TEMPO E QUALIDADE DAS RESPOSTAS

6 - A resposta DESCENTRALIZADA da pauta de reivindicação, ou seja, cada órgão do Governo Federal responde sua demanda específica, é rápida e clara

- Discordo
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo

7 - A resposta da pauta de reivindicação CENTRALIZADA na Secretaria-Geral da Presidência da República é rápida e clara

- Discordo
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo

8 - As respostas do Governo Federal às pautas de reivindicações apresentadas são de fácil entendimento e de qualidade

- Discordo
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo

DIMENSÃO: ACOMPANHAMENTO DAS PAUTAS DE REIVINDICAÇÕES APRESENTADAS

9 - A entidade conhece algum tipo de mecanismo do Governo Federal para acompanhamento das pautas de reivindicações apresentadas

- Discordo
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo

10 - A entidade participa de algum tipo de mecanismo do Governo Federal para acompanhamento das pautas de reivindicações apresentadas

- Discordo
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente

Concordo

11 - A entidade conhece a Mesa de Monitoramento das Demandas Sociais do Governo Federal

Discordo

Discordo parcialmente

Indiferente

Concordo parcialmente

Concordo

12 - A entidade reconhece a Mesa de Monitoramento das Demandas Sociais do Governo Federal como um mecanismo eficaz de monitoramento das demandas sociais apresentadas

Discordo

Discordo parcialmente

Indiferente

Concordo parcialmente

Concordo

DIMENSÃO: CONTRIBUIÇÃO PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

13 - O acompanhamento das demandas sociais pelo Governo Federal contribui para o aprimoramento e o fortalecimento de políticas públicas

Discordo

Discordo parcialmente

Indiferente

Concordo parcialmente

Concordo

14 - O acompanhamento das demandas sociais pelo Governo Federal contribui para a criação de novas políticas públicas

Discordo

Discordo parcialmente

- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH
Departamento de Ciência Política
Centro de Referência em Ciências Humanas - Sala 305 - Anexo
Av. Antônio Carlos 6627 Pampulha - Campus Pampulha.
Belo Horizonte/MG - CEP 31270-901
E-mail: adm_edist@fafich.ufmg.br TEL: (031) - 3409-5004

ATA DE APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, REPÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Aos 6 (seis) dias do mês de novembro de 2014 (dois mil e quatorze), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), reuniu-se a Comissão Avaliadora da monografia intitulada **“ANÁLISE DO MONITORAMENTO DAS DEMANDAS SOCIAIS APRESENTADAS PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS AO GOVERNO FEDERAL”** elaborada por **Raimundo Nonato Soares Lima**.

A Comissão, composta pelos professores Débora Cristina Rezende de Almeida e Carmem Leitão, após apresentação da monografia, deliberou pela sua **aprovação com reformulações**, o que confere ao aluno o título de Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. Para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros presentes.

Belo Horizonte, 6 de novembro de 2014.

Débora Cristina Rezende de Almeida (UnB)

Carmem Leitão (UFMG)